



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA



**Até que a morte nos separe: Violência entre parceiros íntimos com mulheres indígenas  
dos povos Atikum e Pankará**

Maria das Graças Gonçalves Freire de Sá Neta - POVO ATIKUM

SÃO CARLOS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**Até que a morte nos separe: violência entre parceiros íntimos com mulheres indígenas  
dos povos Atikum e Pankará**

**Until Death Do Us Part: Intimate Partner Violence Against Indigenous Women of the  
Atikum and Pankará Peoples**

**Hasta que la muerte nos separe: Violencia de pareja contra mujeres indígenas de los  
pueblos Atikum y Pankará**

Maria Freire

Monografia apresentada para a disciplina Pesquisa em Psicologia: Monografia 4, como requisito para obtenção do grau de formação em Psicologia pelo curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos sob orientação da Profa Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca.

SÃO CARLOS  
2025

*Escrevo para incentivar outras mulheres indígenas a contarem suas próprias histórias... nossa existência precisa ser registrada, lida e contada por nós mesmos. **Acredito que nós, mulheres indígenas, temos a necessidade de crescer dentro e fora da aldeia.***

*Auritha Tabajara*

## AGRADECIMENTOS

Com o coração contente, dedico estas palavras a todos que, de maneira particular, tornaram este percurso possível e mais significativo. Minha profunda gratidão à minha mãe, Espedita, sua força e presença constante foram pilares que moldaram quem sou; cada esforço e cada conquista minha carregam a marca da sua dedicação e cuidado. Às minhas irmãs, Natália e Nayara, por ajudarem na minha criação e serem parte intrínseca de quem sou. E à minha saudosa vizinha Gracinha Freire, que com sua sabedoria, afeto e, principalmente, amor, plantou as primeiras sementes do saber e do carinho em minha vida, junto ao meu querido vizinho José Leite. Aos meus lindos e carinhosos sobrinhos, Lívia e José Gabriel, vocês são a inspiração para um futuro de esperança.

A minha jornada acadêmica foi enriquecida por laços que se tornaram um porto seguro, à família que construí na universidade: Cauana, Lui, Rafaela, Isabel, Lucas e Larissa; vocês foram o apoio, a parceria e a certeza de que a caminhada se torna mais leve quando compartilhada. E aos meus amigos de curso, Letícia e Fernando, vocês trouxeram leveza e alegria aos desafios da graduação. E por último, mas não menos importante, à minha orientadora, Prof. Dra. Sabrina, minha sincera gratidão pela paciência, cumplicidade, dedicação e olhar atento que tanto contribuíram para a construção deste trabalho, sua orientação foi fundamental para que esta pesquisa tomasse forma.

A realização deste estudo, que mergulha na complexidade da violência entre parceiros íntimos com mulheres indígenas dos povos Atikum e Pankará, carrega uma profunda responsabilidade e respeito por cada vida aqui representada. Agradeço a cada uma das minhas participantes, pois sem a coragem de vocês para compartilhar memórias tão dolorosas, este trabalho não existiria. Esta pesquisa é uma contribuição à resiliência e à voz dessas mulheres, e ela só foi possível graças ao apoio de cada um de vocês. Muito obrigada!

## RESUMO

A violência por parceiros íntimos é reconhecida como um problema de saúde pública global que afeta cerca de 30% das mulheres no mundo. Particularmente para mulheres indígenas, a literatura é escassa e suas experiências são frequentemente invisibilizadas. A presente pesquisa teve como objetivo investigar as variáveis que inibiram ou contribuíram para o rompimento da violência por parceiro íntimo entre mulheres indígenas dos povos Atikum e Pankará. Participaram seis mulheres (três da etnia Atikum e três Pankará) vítimas de VPI e que haviam rompido o relacionamento com seu parceiro. Foram realizadas entrevistas individuais presenciais com todas elas. Os dados foram transcritos e analisados a partir da análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que o agravamento da violência e o uso de álcool e drogas pelos parceiros foram fatores impulsionadores; já a naturalização da violência e o receio do julgamento social foram fatores inibidores para o rompimento da relação. Os filhos foram tanto impulsionadores quanto inibidores. O enfrentamento à VPI em contextos indígenas demanda uma abordagem sensível às especificidades culturais, espirituais e coletivas dessas mulheres, rompendo com a lógica universalizante das intervenções tradicionais.

**Palavras-chave:** violência por parceiro íntimo, mulher, indígenas.

## ABSTRACT

Intimate partner violence (IPV) is recognized as a global public health issue that affects approximately 30% of women worldwide. In particular, for Indigenous women, the literature is scarce and their experiences are often rendered invisible. This study aimed to investigate the variables that either inhibited or contributed to the breaking of the cycle of IPV among Indigenous women from the Atikum and Pankará peoples. Six women participated (three from the Atikum and three from the Pankará ethnic groups), all of whom were victims of IPV and had ended their relationships with their partners. In-person individual interviews were conducted with each of them. The data were transcribed and analyzed using thematic content analysis. The results indicated that the escalation of violence and the partner's use of alcohol and drugs were driving factors, while the normalization of violence and fear of social judgment were inhibiting factors in ending the relationship. Children acted as both motivators and barriers. Addressing IPV in Indigenous contexts requires an approach that is sensitive to the cultural, spiritual, and collective specificities of these women, breaking away from the universalizing logic of traditional interventions.

**Keywords:** intimate partner violence, women, indigenous people.

## RESUMEN

La violencia por parte de la pareja íntima (VPI) es reconocida como un problema de salud pública global que afecta aproximadamente al 30% de las mujeres en todo el mundo. En particular, en el caso de las mujeres indígenas, la literatura es escasa y sus experiencias suelen ser invisibilizadas. Este estudio tuvo como objetivo investigar las variables que inhibieron o contribuyeron a la ruptura del ciclo de la VPI entre mujeres indígenas de los pueblos Atikum y Pankará. Participaron seis mujeres (tres del pueblo Atikum y tres del pueblo Pankará), todas víctimas de VPI que habían puesto fin a la relación con sus parejas. Se realizaron entrevistas individuales presenciales con cada una de ellas. Los datos fueron transcritos y analizados mediante análisis de contenido temático. Los resultados indicaron que el agravamiento de la violencia y el consumo de alcohol y drogas por parte de los compañeros fueron factores impulsores, mientras que la normalización de la violencia y el miedo al juicio social fueron factores inhibidores para terminar la relación. Los hijos actuaron tanto como motivadores como barreras. Abordar la VPI en contextos indígenas requiere un enfoque sensible a las especificidades culturales, espirituales y colectivas de estas mujeres, rompiendo con la lógica universalizante de las intervenciones tradicionales.

**Palabras clave:** Violencia de Pareja, mujeres, pueblos indígenas.

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é um dos principais obstáculos para a igualdade de gênero (ACNUR, 2016). De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) coletados em diferentes países, uma em cada três mulheres - cerca de 736 milhões de pessoas, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro; sendo que estimativas apontam que uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento íntimo já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte anos (OMS, 2021). Dada a magnitude do problema, o mesmo é considerado um problema de saúde pública (Lourenço & Costa, 2020).

Vários termos têm sido utilizados na literatura para se referir a esse fenômeno (violência doméstica, violência conjugal, violência de gênero etc.), com diferentes discussões sobre os limites e alcances de cada definição, no presente trabalho será considerado o termo violência por parceiros íntimos (VPI). De acordo com Krug et al (2002), a VPI consiste em quaisquer comportamentos dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores. Esses comportamentos incluem: atos de agressão física (tapas, socos, chutes etc.), abuso psicológico (intimidação, depreciação, humilhação constante), abuso sexual (relações sexuais forçadas e coerção sexual), e comportamentos de controle do parceiro (isolar uma pessoa de sua família e amigos, monitorando seus movimentos e restringir o acesso a informações ou assistência).

Embora a VPI possa ter como vítimas homens e mulheres, em relações hetero ou homoafetivas (Moreira & Ceccarelli, 2016; OMS, 2012), quando as vítimas são mulheres há um elemento cultural e social que contribui para a manifestação da VPI voltada a esse

público. Nesse sentido, é essencial examinar suas raízes através do prisma do conceito de gênero.

Entende-se que gênero é uma construção histórica e sociocultural que atribui papéis e comportamentos específicos a cada sexo (Moragas, 2023). Tradicionalmente, era comum que as mulheres fossem mantidas afastadas do convívio público, confinadas ao espaço doméstico, excluídas da vida nas ruas e submetidas a um ideal de obediência e devoção materna. Essa visão, partilhada por diferentes classes sociais, reforçava uma cultura de assimetria de poder, na qual às mulheres eram atribuídas responsabilidades relacionadas ao cuidado do lar, ao casamento, à maternidade e à submissão ao marido (Teixeira, Silva, Antunes & Polli, 2024). As dificuldades que as mulheres encontram devido a esse machismo enraizado é persistente e debilitante, minando sua independência, autoconfiança e comprometendo seu bem-estar geral. As agressões muitas vezes estão ligadas a questões sociais alarmantes, como o desemprego, a marginalização e as disparidades socioeconômicas, bem como ao abuso de substâncias como álcool e drogas, o que agrava ainda mais a situação e tem sérias implicações na saúde e mortalidade dessas mulheres (Brasil, Ministério da Saúde, 2011).

No âmbito individual, a violência por parceiro íntimo (VPI) pode desencadear uma série de psicopatologias, bem como disfunções comportamentais e emocionais, comprometendo a qualidade de vida das mulheres e afetando negativamente o desempenho em suas atividades diárias. Entre as consequências físicas mais recorrentes estão lesões corporais como hematomas, cortes, queimaduras, fraturas, incapacitações, doenças crônicas e, em casos extremos, até mesmo a morte (feminicídios) (Habigzang & Curia, 2025).

Para além dos danos físicos, a VPI também provoca impactos cognitivos significativos, como pensamentos negativos sobre si mesma, percepção distorcida do mundo e sentimento de auto culpa ou responsabilização (Habigzang & Curia, 2025). Essas cognições

disfuncionais influenciam diretamente o comportamento e as emoções das vítimas e são amplamente reconhecidas como fatores contribuintes para o desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático - TEPT, quadro psicopatológico relativamente comum entre vítimas de VPI.

Há que se destacar que além dos impactos individuais, a VPI tem consequências em níveis comunitários e sociais. Os prejuízos decorrentes dessa violência se refletem na esfera laboral, dificultando a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido, o acesso ao emprego pode atuar como um fator protetivo no rompimento do ciclo de violência, evidenciando que os impactos da VPI são complexos e ultrapassam as fronteiras do âmbito individual (Habigzang & Curia, 2025).

Embora um número considerável de mulheres relatam ter sofrido VPI, um número menor dessas vítimas procuraram algum órgão oficial para denunciar ou buscar ajuda (Agência Senado, 2023). Esses dados destacam um problema crítico: a subnotificação dos casos de violência contra a mulher, visto que há uma discrepância entre o número de mulheres que sofrem violência e aquelas que buscam ajuda de instituições oficiais. Buscando compreender os caminhos percorridos pelas mulheres para o enfrentamento da violência vivenciada em seus relacionamentos íntimos, Sagot (2000) realizou um estudo com mulheres de diferentes países da América Latina e identificou a rota crítica que as mulheres percorrem desde a identificação do abuso até a busca por ajuda, incluindo a sequência de decisões tomadas e ações executadas durante esse processo.

De acordo com Sagot (2000), a rota crítica é um processo interativo constituído por fatores que impulsionam ou inibem as mulheres afetadas e a resposta social então encontrada, a qual é um fator determinante na rota. Destarte, a tomada de decisão das mulheres é

influenciada pela informação, pelo conhecimento, por suas percepções e atitudes, recursos disponíveis, experiência anterior, valorização da situação e apoios ou obstáculos encontrados.

Em um estudo de revisão realizado por Baragatti et al (2019) para analisar a rota crítica das mulheres vítimas de violência no Brasil, as autoras identificaram os fatores de resposta das mulheres que contribuem para iniciar a rota (a disponibilidade e qualidade dos serviços, as representações sociais de servidores de serviços e comunidade, os resultados obtidos), os fatores impulsionadores (informação e conhecimento, percepções e atitudes, experiências prévias e apoio de pessoas íntimas, como, por exemplo, familiares e amigos) e os fatores inibidores (ser imigrante, a existência de normas culturais de gênero, sentimentos de culpa, medo e vergonha, falta de confiança e pouco conhecimento e/ou disponibilidade limitada de serviços de apoio formal). Segundo as autoras, os filhos, o apoio da família e a comunidade podem ser tanto fatores inibidores quanto impulsores da busca da mulher por ajuda para romper o ciclo da violência.

Quanto ao tipo de apoio disponível para mulheres vítimas de VPI, o mesmo divide-se os mesmos em formal, caracterizados como instituições voltadas ao combate e enfrentamento da VPI; e informais - por exemplo, a família, a comunidade e as lideranças religiosas (Baragatti et al, 2019). No Brasil, quanto ao apoio formal tem-se os Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência - Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher; Serviços de Abrigamento - Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório/Casas-de-Passagem; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas; Promotorias Especializadas; Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Brasília, 2011).

Cumprir destacar que por ser um fenômeno complexo, o enfrentamento à VPI o apoio formal não pode ser vinculado à prática profissional diária, mas à gestão desse processo. Logo, é imprescindível que ocorra a articulação e a intersetorialidade dos diferentes serviços. Ou seja, o trabalho em rede ao ser realizado de forma integrada e coletiva e não somente nos contatos mais próximos, facilita a comunicação no atendimento às necessidades dessas mulheres (Souza et al, 2020).

Tal perspectiva de atuação tem como efeito direto a necessidade de um olhar atento para a formação, preparo e atuação dos profissionais que compõem os serviços para favorecer a identificação dos casos de violência, uma vez que muitas mulheres não apresentam lesões físicas aparentes (Souza et al, 2020); o atendimento de todas as demandas necessárias para o enfrentamento da situação, evitando a fragmentação do serviço (Souza et al, 2020); e a prevenção da revitimização e do julgamento com base em pré-conceitos atrelados ao uso de álcool/drogas e na indecisão em continuar o processo de denúncia, o que pode agravar o sofrimento das mulheres e levá-las a desistir de buscar ajuda e a a perpetuação desses problemas (Dutra, Prates, Nakamura & Villela, 2013).

A problemática é ainda maior quando nos aproximamos da realidade de mulheres indígenas, essa que é tão presente na construção da história brasileira, mas ao mesmo tempo desconhecida e abordada de formas tantas vezes estereotipada, exige cuidados epistemológicos, metodológicos e éticos permanentes (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010). Apesar da popularização do debate acerca da temática de violência por parceiros íntimos, e nos últimos anos a pauta indígena estar ganhando alguma notoriedade, há pouco ou nenhum material na literatura científica que estuda esses temas em conjunto, o que enfatiza o descaso persistente em inserir a mulher indígena com seu histórico étnico cultural em escritos atuais que abordam a VPI.

Contudo, torna-se fundamental considerar como essas questões se manifestam de maneira particular entre as mulheres indígenas, cujas experiências são marcadas por camadas adicionais de opressão e invisibilidade. Segundo o artigo “Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política” de Dutra e Mayorga (2019), a violência e o machismo que atinge as mulheres indígenas e as especificidades das desigualdades de gênero vivenciadas por elas, no que diz respeito ao acesso às políticas públicas de saúde, são muito diversos e percebidos de formas diferentes e até divergentes daqueles nomeados pelos movimentos de mulheres de outros contextos de raça/etnias. Isso se torna ainda mais evidente quando Mariceia Pataxó afirma: “[...] *falando das mulheres, nós sofremos duplamente o olhar preconceituoso. Primeiro por ser mulher, segundo por ser indígena*” (Guedes, 2017).

Assim, fica explícito que além da desigualdade de gênero as mulheres indígenas são marcadas pela estigmatização étnica e racial, o que pode vulnerabilizar ainda mais esse público. Por um lado, essas mulheres podem ter mais dificuldade no acesso aos serviços e uma melhor qualidade no atendimento prestado, podendo inclusive ser discriminada; o que pode levá-las a não buscar os serviços e, com isso, agravarem a situação de VPI vivenciada (Stevens et al, 2017).

Ao buscar estudos sobre essa temática com mulheres indígenas, foram poucos os resultados encontrados, indicando que essa é uma área de pesquisa pouco explorada. Por isso, a análise interseccional é um caminho promissor para conhecer as particularidades dessas narrativas e suas epistemologias, é importante reconhecer os processos de autoria como ação política essencial para romper com os silêncios que geram diversas formas de violência epistêmica, que limitou a compreensão aos modelos monoculturais da ciência ocidental, ignorando outros saberes (Stevens et al, 2017).

Tal lacuna evidencia a marginalização dessas mulheres e a falta de entendimento das especificidades culturais que moldam suas experiências, excluindo a interseccionalidade, pois nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (Crenshaw, 2004). Nesse sentido, o não reconhecimento dessas sobreposições leva a uma compreensão inadequada das narrativas de indivíduos que historicamente enfrentam opressões devido às suas particularidades, agravando a entrada em espaços de poder, principalmente pela persistência do caráter colonial das instituições públicas brasileiras, incluindo as universidades, que tradicionalmente foram espaços destinados à formação das elites. Como resultado, a produção acadêmica de pesquisadores indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais ainda não recebem a devida visibilidade ou análise em suas especificidades e interseccionalidades (Stevens et al, 2017).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como a colonização atuou não apenas nas dimensões políticas e territoriais, mas também afetivas e relacionais. Como analisa Geni Núñez em seu livro *Descolonizando Afetos* (2023), desde o período das invasões europeias, iniciou-se um projeto sistemático de imposição da moral cristã, que buscava substituir os modos indígenas de viver as relações, os corpos e a sexualidade por uma lógica centrada na monogamia, no casamento cristão e na repressão das dissidências.

Núñez (2023) aponta que essa imposição não apenas desconsiderava os modos originários de se relacionar, como também patologizava e criminalizava os afetos indígenas ao vinculá-los à ideia de pecado. Assim, o modelo relacional dominante passou a ser o da inseparabilidade do vínculo, reforçado pela lógica cristã do “até que a morte nos separe”, que permanece presente até hoje, inclusive em discursos que dificultam a saída de mulheres de relações violentas. Esse dado é especialmente importante quando observamos que, para muitos povos originários, as relações não eram obrigatoriamente para toda a vida, e a liberdade de encerrá-las era socialmente aceita. Entretanto, como aponta Núñez (2023), o

Estado brasileiro influenciado por valores cristãos, ainda conserva resquícios dessa estrutura normativa, o que contribui para a permanência de mulheres em relações abusivas, por conta de noções morais herdadas da colonização religiosa. Por exemplo, em muitos casos de feminicídio os agressores alegam “não aceitar o fim da relação”, evidenciando como a ideia de posse e controle sobre o corpo da mulher, alimentada por essa moralidade colonial (Núñez, 2021).

Como reforça Geni Núñez (2023), descolonizar o pensamento exige desnaturalizar o que foi ensinado como certo ou moral em nome do amor cristão, pois muitas das violências contra mulheres foram e são legitimadas por discursos que se dizem protetores, mas que ocultam lógicas de dominação. A autora alerta que a colonização afetiva produziu um modelo de relacionamento onde a autonomia sobre o próprio corpo e sobre os próprios sentimentos passou a ser considerada ofensiva, e, em muitos contextos, até criminosa. A autora ilustra esse ponto destacando o fato de o adultério ter sido considerado crime no Brasil até 2005. Segundo ela, a criminalização da autonomia, alicerçada em uma lógica cristã de controle dos corpos e dos afetos, revela como o sistema jurídico e moral brasileiro ainda carrega marcas profundas da colonização.

Dessa forma, reconhecer e integrar as vozes de mulheres indígenas não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também um passo essencial para a construção de políticas e intervenções que realmente protejam e respeitem os direitos dessas mulheres. Isso implica considerar não apenas as questões de gênero e povos, mas compreender que a violência ultrapassa o plano físico, alcançando também os territórios afetivos, espirituais e ancestrais; dimensões muitas vezes invisibilizadas pelas abordagens tradicionais. Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo investigar as variáveis que inibiram ou contribuíram para o rompimento da violência por parceiro íntimo entre mulheres indígenas dos povos Atikum e Pankará.

## MÉTODO

### Participantes

Participaram da pesquisa seis mulheres indígenas, três da etnia Atikum e três Pankará, com idades variando entre 29 e 60 anos, todas vítimas de VPI nos 10 anos antes da coleta de dados e que estavam separadas dos autores de violência.

### Instrumentos

Foi utilizado o *Roteiro de entrevista com mulheres vítimas de violência* elaborado por Leila Estevão da Silva (2013), composto por (1) caracterização da participante (idade, estado civil, tempo de relacionamento, filhos, quem vive na casa, escolaridade, ocupação, renda familiar e religião); (2) dados sobre a violência sofrida (há quanto tempo sofre violência e tipo de violência – física, psicológica, sexual e/ou outras); (3) estratégias de enfrentamento (denúncias; serviços procurados em decorrência da violência; rede de apoio); (4) relacionamento com o parceiro (características do relacionamento, qualidades do parceiro, uso de álcool e drogas pelo parceiro, problemas de saúde e com a justiça); (5) relacionamento com os filhos; e (6) infância e família de origem (exposição a VPI, vítima de maus tratos, tipo de educação recebida, qualidade do relacionamento familiar).

### Procedimentos

#### ***Etapa 1. Condução dos procedimentos éticos***

O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal de São Carlos para a aprovação seguindo a Resolução 510/2016. Considerando as diretrizes que regulam pesquisas com povos indígenas como a Resolução CNS nº 304/2000, a Instrução Normativa nº 001/PRES/1995 da Funai e a Portaria nº 177/PRES/2006 — é importante esclarecer que esta pesquisa não possui como foco a

comunidade indígena enquanto coletividade, tampouco envolve entrada em Terras Indígenas homologadas ou investigações sobre aspectos territoriais, culturais ou comunitários. O estudo será conduzido em ambiente urbano e concentrar-se-á exclusivamente nas experiências individuais das participantes. No contexto da organização social dos povos Atikum e Pankará, as lideranças não detém autoridade sobre as decisões individuais de seus membros, sendo tradicionalmente consultadas apenas em questões específicas, como rituais ou informações relativas ao território. Dessa forma, não se configura a necessidade de anuência comunitária nem de autorização por parte da Funai, uma vez que a participação ocorreu de maneira voluntária, autônoma e desvinculada da coletividade.

### ***Etapa 2. Recrutamento dos participantes***

As participantes foram recrutadas a partir da técnica *bola de neve*, uma forma de amostra não probabilística que se utiliza de cadeias de referência para alcançar a composição da totalidade dos participantes envolvidos no estudo (Vinuto, 2014). Para dar início à pesquisa, a primeira participante foi indicada por uma advogada especializada em processos criminais envolvendo mulheres vítimas de violência por parceiros íntimos. A profissional em questão entrou em contato com suas clientes, apresentou informações detalhadas sobre o estudo e verificou o interesse na participação. Uma mulher aceitou o convite. Com a devida autorização, a advogada repassou o número de telefone da cliente à pesquisadora para que o contato direto fosse estabelecido. A segunda participante foi indicada pela primeira, que compartilhou informações sobre a pesquisa e sondou seu interesse em participar, após a confirmação, a primeira participante forneceu o número de telefone da segunda à pesquisadora. A partir desse momento, as demais participantes foram sendo indicadas e contatadas seguindo o mesmo procedimento.

### ***Etapa 3. Coleta de dados***

A coleta de dados ocorreu presencialmente e de forma individual, em um local previamente acordado entre a pesquisadora e a participante, desde que o mesmo garantisse sigilo, conforto e segurança para ambas. Cada entrevista teve uma duração média de 40 minutos. Inicialmente a pesquisadora solicitou que a participante lesse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, caso concordasse com o mesmo, assinasse duas vias. Em seguida, deu início a entrevista com base no roteiro apresentado na seção instrumentos. As entrevistas foram gravadas em áudio e armazenadas em um drive particular da pesquisadora, protegido por senha e acessível apenas com sua autorização. Após a transcrição e descrição dos relatos, as gravações foram permanentemente apagadas, garantindo a privacidade e a segurança das informações fornecidas.

### ***Etapa 4. Análise de dados***

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas a partir do método de análise temática. É importante frisar que a Análise Temática, enquanto técnica de análise, é flexível por não necessariamente depender de uma teoria ou epistemologia particular e pode ser aplicada com um grande número de abordagens teóricas e epistemológicas (Silva, Barbosa & Lima, 2020). Para realizar Análise Temática a pesquisadora se debruça sobre um conjunto de dados empíricos capturados a partir de entrevistas, grupos focais, série de textos, a fim de identificar padrões de significado (Braun & Clarke, 2006).

Na fase de pré-análise, a pesquisadora realizou uma leitura flutuante das transcrições para se familiarizar com os dados e identificar elementos recorrentes. Posteriormente, na fase de exploração do material foi realizada a codificação das entrevistas (seleção de trechos das falas das participantes em unidades de significados) e, em seguida, a classificação temática

em dois temas previamente estabelecidos de acordo com o objetivo da pesquisa: (1) fatores que contribuíram para se manter no relacionamento e (2) fatores que impulsionam o rompimento do relacionamento. Após a classificação temática, foi realizada a análise crítica dos temas encontrados com base na literatura da área.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Tabela 1 apresenta os dados de caracterização das participantes. Para garantir o sigilo, foram selecionados nomes fictícios de flores para identificá-las.

Os dados da Tabela 1 indicam que a maioria das participantes do estudo pertenciam à faixa de renda mais baixa, com rendimento mensal equivalente a um salário mínimo. Todas eram mães, com o número de filhos variando entre 1 e 6. Três participantes tinham baixa escolaridade (até o ensino fundamental completo) e apenas uma tinha completado o ensino superior. Destaca-se que a renda das participantes não esteve associada à escolaridade. Todas relataram que eram católicas, dado condizente com o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o qual indicou que a religião predominante em Pernambuco era o catolicismo, seguido pela religião evangélica. Quanto ao tempo em que ocorreu VPI no relacionamento íntimo, os dados da Tabela 1 indicam que a VPI foi presente na maior parte do tempo em que elas estiveram casadas ou em união estável com os parceiros, sendo que Margarida e Bromélia indicaram que em todo o período de relacionamento ocorreram situações de VPI. A única exceção foi Orquídea que indicou 27 anos de relacionamento e 7 anos de VPI.

Tabela 1.

Dados de caracterização das participantes

Nome	Idade	Renda	Filho	Etnia	Religião	Escolaridade	Área profissional	Tempo de relacionamento (em anos)	Tempo de VPI (em anos)
Margarida	Entre 30 a 40	1 SM	3	Atikum	Católica	Ensino fundamental completo	Educação	13	13
Orquídea	Entre 50 a 60	1 SM	4	Pankará	Católica	Ensino superior completo	Educação	27	7
Tulipa	Entre 30 a 40	Sem renda fixa	4	Atikum	Católica	Ensino fundamental incompleto	Beleza e estética	11	11
Bromélia	Entre 40 a 50	1 SM	6	Atikum	Católica	Ensino médio completo	Educação	20	20
Hibisco	Entre 35 a 45	1 SM	2	Pankará	Católica	Ensino fundamental completo	Educação	15	10
Dália	35 a 45	1 SM	1	Pankará	Católica	Ensino médio completo	Comércio	13	11

Nota - SM - salário mínimo

Os dados obtidos corroboram parcialmente com a pesquisa realizada por Lima et al (2021) com 369 mulheres que compareceram a consultas de enfermagem em centros de atenção primária no Nordeste do Brasil. Lima et al (2021) verificaram que o nível mais alto de VPI contra mulheres esteve associado à idade (72,6% [20–29 anos],  $p = 0,03$ ), à escolaridade (66,7% [9–11 anos de estudo],  $p = 0,03$ ) e à religião (77,1% outras religiões e 68,7% católicas,  $p < 0,001$ ). Na análise multivariada realizada, observou-se que a VPI foi duas vezes mais comum entre as participantes mais jovens e quase três vezes maior entre as mulheres com maior escolaridade (9–11 anos de estudo). A religião também esteve fortemente associada à VPI: entre mulheres católicas (OR 2,9 IC 95% 1,7; 5,3) e de outras religiões (OR = 4,7 IC 95% 1,8; 12,3), houve maior probabilidade de relatar VPI em

comparação com mulheres evangélicas. Se considerarmos a idade das participantes do presente estudo e o tempo de relacionamento com VPI, identifica-se que elas estavam na faixa de idade mais prevalente da pesquisa e todas eram católicas.

Todas as participantes foram vítimas de violência física (e.g. estrangulamento, empurrão, chacoalhão, chute, tapa, soco, arremesso de objetos, queimar e arrastar a vítima) e psicológica (e.g., insultar, depreciar, humilhar, assustar e ameaçar machucar pessoas próximas). As participantes Margarida e Tulipa indicaram situações de violência sexual (relação sexual forçada; coação para manter relação sexual e forçada a práticas sexuais degradantes e humilhantes). Lima et al (2021) identificou que a forma mais prevalente de violência em seu estudo foi a psicológica, com 225 casos (93,4%), seguida pela física, com 119 casos (49,4%), moral, com 69 casos (28,6%), e sexual, com 63 casos (26,1%).

Freitas et al (2024) realizaram um estudo que teve como o objetivo analisar as notificações de VPI contra mulheres indígenas na macrorregião de Dourados-MS, Brasil, no período de 2009 a 2020. Trata-se de um estudo transversal com dados secundários provenientes de registros no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de mulheres indígenas que sofreram violência. Foram analisados um total de 1.463 notificações. Desse total, mais da metade (56,6%) das notificações foram referentes à VPI. Quanto aos tipos de violência mais notificados tem-se violência física (93,3%) e violência psicológica (27%). Na análise ajustada realizada pela, a VPI esteve associada a mulheres com companheiros (RP 1,32; IC95% 1,19–1,46), mulheres em situação de violência repetida (RP 1,15; IC95% 1,05–1,25) e à ocorrência da violência no domicílio (RP 1,13; IC95% 1,01–1,29).

A Tabela 2 apresenta os fatores, de acordo com as participantes, que as motivaram a romper o relacionamento com seus parceiros.

Tabela 2.

Fatores que motivaram o rompimento do relacionamento íntimo

CATEGORIA	FALAS DAS PARTICIPANTES
Agravamento violência	<p>da “Quando ele me enforcou. Ele me enforcou, me derrubou no chão e ficou me enforcando, aí eu comecei a gritar e ele saiu, foi embora, aí eu fui na delegacia e pedi a medida protetiva.” (Margarida)</p> <p>“Eu tava desgostosa demais, aí teve um dia que ele chegou bêbado e me bateu tanto que eu só conseguia pensar em me separar ai no outro dia eu coloquei ele pra fora e disse que se ele não fosse embora eu ia denunciar.” (Hibisco)</p> <p>“...mas eu fiquei muito assustada quando ele me enforcou, peguei meu filho e fui embora para a casa da minha mãe, depois disso eu disse que não voltava mais, ele ainda foi atrás de mim mas minha irmã ameaçou dizendo que ia denunciar ele, mas eu não deixei ela denunciar, ele ficou com medo e aí me separei.”(Dália)</p>
Exposição dos filhos à violência	<p>“...também tomei a decisão por elas, por questão de muita briga, aí eu não queria que elas presenciassem mais.”</p> <p>(Margarida)</p> <p>“Ele que saiu de casa, mas depois pediu para voltar e eu não queria mais, eu vi que sem ele era melhor para meus filhos e pra mim também.” (Tulipa)</p> <p>“Eu não aguentei mais ser agredida e também meus filhos viam tudo, eu não queria isso, então eu tive a coragem de acabar com aquilo.” (Bromélia)</p> <p>“...Eu não queria que meus filhos vissem mais aquela situação da gente, eu já tava era com vergonha daquilo.” (Hibisco)</p>
Álcool e drogas	<p>“Mulher, a gente começou, era sempre briguinhas, briguinhas por que ele bebia, menos, mas gostava de sair com os amigos ai eu não gostava aí a gente começou a brigar por isso, e foi só piorando aí depois de muitos anos, quando eu tava grávida da minha última menina em 2018 aí eu descobri que ele tava usando droga, daí pra cá, só ladeira abaixo. E eu insistindo que ele parasse de beber e deixasse usar drogas mas era em vão. (...) Era a bebida e as saideiras com os amigos, que não tinha hora para voltar, era todo dia, depois de um certo tempo passou a ser todo dia” (Margarida)”</p>

“...ele usava muito álcool, assim nos últimos tempos.” (Orquídea)

“...por que todo local que ele tava se ele bebesse ele já começava a praticar praticamente as mesmas coisas que ele fazia dentro de casa no local, aí ultimamente eu optava por nem sair. ...quando ele tava bêbado ele mudava totalmente o comportamento, sempre me tratava com arrogância, com ignorância... “Só quando ele estava bêbado, ele já chegava entrava dentro de casa, já entrava lagando a mão nas coisas, já entrava me empurrando, qualquer motivo já era motivo para ele ir pra cima de mim.” (Tulipa)

“...E tinha a cachaça também, quando bebia era ainda pior” (Bromélia)

““...Ele só ficava agressivo assim quando bebia...ele começou com umas amizades que eu não gostava porque bebiam demais, ele começou a beber bem mais, aí chegava em casa bêbado e ignorante, depois foi ficando mais agressivo.” (Hibisco)

“Acho que juntou tudo, né, não era sempre que ele me batia, era mais quando ele bebia e ele só bebia no final de semana, mas eu fiquei muito assustada quando ele me enforcou...” (Dália)

---

De acordo com os dados da Tabela 2, os fatores que impulsionaram as participantes a romper o relacionamento íntimo foram: agravamento da violência, aumento do uso de álcool/drogas pelos parceiros e as preocupações com a exposição dos filhos à violência.

Os fatores apresentados pelas participantes vão ao encontro dos fatores impulsionadores para romper o relacionamento identificados na revisão de Baragatti et al (2019). De acordo com as autoras, a busca por ajuda formal cresce com a gravidade, severidade e frequência da violência, em especial quando a violência tornou-se insuportável, com ameaças de morte (Baragatti et al, 2019). Observa-se que ao relatar sobre o escalonamento da violência, as participantes relataram a tentativa de estrangulamento. Tal tipo de comportamento é mais comum em relacionamentos marcados por níveis graves ou severos de abuso e violência e consistente com pesquisas que examinam a escalada como um padrão de comportamento ao longo do tempo (Boxall & Lawler, 2021).

Outro ponto que merece destaque na fala das participantes refere-se ao aumento do consumo de álcool pelos parceiros ao longo do tempo como uma variável que contribui para o agravamento da violência quanto para a decisão de romper o relacionamento - *“Ele só ficava agressivo assim quando bebia...ele começou a beber bem mais, aí chegava em casa bêbado e ignorante, depois foi ficando mais agressivo”* (Hibisco). O consumo de bebidas alcoólicas é amplamente difundido no Brasil, sendo muitas vezes estimulado e naturalizado como um hábito cultural, especialmente entre os homens. Quando esse consumo ultrapassa limites, provoca mudanças de humor que podem deteriorar o ambiente doméstico, aumentando e intensificando discussões e episódios de violência (Vieira et al, 2014). Freitas et al (2024) identificaram que em 86,3% dos casos de VPI contra mulheres indígenas da região de Dourados-MS, os autores haviam consumido bebidas alcoólicas antes do ato.

Em um estudo realizado por Greene, Kane e Tol (2017) em 14 países da África Subsaariana, os autores verificaram que o consumo de álcool pelo parceiro esteve associado a um aumento significativo nas chances de relatar VPI em todos os 14 países incluídos na análise, sendo que a relação entre o consumo de álcool do parceiro e a VPI foi moderada pelo status socioeconômico, ou seja, entre as mulheres com parceiro que consumia álcool, aquelas com menor status socioeconômico apresentaram maiores chances de sofrer VPI do que as mulheres com maior status socioeconômico.

Quanto aos filhos, os dados do presente estudo vão ao encontro das constatações realizadas por Baragatti et al (2019). De acordo com as autoras, os filhos podem tanto ser fatores impulsionadores como podem representar uma dificuldade para deixar a situação de violência. Identificar que a violência vivenciada pode estar associada ao sofrimento dos filhos; temer pela segurança dos mesmos; os filhos testemunharem a violência ou os filhos incentivarem a mãe a buscar ajuda foram variáveis que impulsionaram o rompimento da

relação, como pode ser observado no presente estudo. “...*também tomei a decisão por elas, por questão de muita briga, aí eu não queria que elas presenciassem mais*” (Margarida).

As mães demonstram receio quanto aos impactos que esse ambiente pode causar no desenvolvimento dos filhos, tanto em termos físicos quanto psicológicos, visto que as consequências da violência para crianças expostas a esse contexto incluem dificuldades de socialização e regulação emocional, além de comprometimento no desenvolvimento psicológico e comportamentos de risco, como uso de álcool, drogas, sexo desprotegido e gravidez precoce (Ellio, 2018).

A Tabela 3 indica os fatores que inibiram as mulheres a romper o relacionamento com seus parceiros. Os dados da Tabela 3 indicam que os fatores para a permanência no relacionamento, mesmo quando o mesmo era abusivo, relacionava-se a vulnerabilidade econômica das participantes; a perspectiva das participantes de que, apesar da violência sofrida ele era “bom pai”; a naturalização da violência e a tentativa de evitar o julgamento social da comunidade por ter rompido o relacionamento.

Baragatti et al (2019) verificaram que os fatores inibidores para o rompimento da VPI estava associado ao sentimento de culpa das mulheres, a existência de normas sociais que toleram a violência no âmbito do casamento, pela crença de que essas situações devem ser tratadas em casa, pelas mulheres acreditarem que a violência era suportável, que seria o último episódio, por não saberem a quem recorrer e por terem medo das ameaças do parceiro. Quando se tinha filhos, as mulheres permaneciam na situação de violência por medo de não conseguir sustentar os filhos, para preservar a família, para evitar que os filhos sofram, por medo de perder os filhos, porque as crianças são muito novas e por acreditar que os filhos terão um futuro melhor caso permaneça com o companheiro.

Tabela 3.

Fatores que inibiram as mulheres a romper o relacionamento com seus parceiros

CATEGORIA	FALAS DAS PARTICIPANTES
Vulnerabilidade econômica	<p>“Eu não tinha casa própria e nem um emprego que me pagasse bem, dependia dele...” (Margarida)</p> <p>“A gente morava junto, eu não tinha para onde ir, então não tinha como separar...” (Bromélia)</p> <p>...”eu não tinha outra casa para ir, aí não era coisa nem de se pensar sair de casa...” (Hibisco)</p> <p>“...se eu fosse embora não ia ter onde morar.” (Dália)</p>
Ser um bom pai	<p>“...Ele ser um bom pai também me fazia ficar com ele, mas depois eu fui vendo que aquele jeito agressivo dele comigo não era bom pra elas (filhas)...” (Margarida)</p> <p>“...eu tentei me separar, ia embora depois de alguma agressão, mas ele ia atrás de mim e eu voltava porque achava que era melhor para meus filhos ter os pais juntos, porque ele era um bom pai.” (Orquídea)</p> <p>“...fui entendendo aos poucos que aquilo era abusivo e também não era bom para os meus filhos, aí não queria mais e me separei.” (Bromélia)</p> <p>“A gente não casa para terminar né... ele não era bom pra mim mas ele era um pai que tava ali né, eu tinha minha casa... (Dália)</p>
Julgamento Social	<p>“...e tinha o pessoal da rua que ia falar, eu tinha acabado de casar com ele...” (Margarida)</p> <p>“...Tem o julgamento da sociedade também, eu tinha medo do que iam falar.” (Orquídea)</p>

“...E o povo fala né, eu frequentava a igreja evangélica então sabia que o povo ia julgar.” (Tulipa)

“...tinha o povo da rua que ia falar, e eu gostava dele quando ele não estava bêbado, mas ele ficou pior com os anos e eu já não aguentava mais tanta pisa.” (Hibisco)

“...Acho que me faltava coragem de enfrentar o falatório do povo também,...” (Dália)

---

Naturalização da  
Violência

“...Na verdade eu vinha sofrendo violência a muito tempo, ao decorrer da nossa vida foram de violência, e assim, eu acho que eu já estava tão acomodada que eu num tinha mais força para se separar, na verdade foi ele quem saiu de casa e quando ele saiu de casa ele tentou voltar só que pra mim aquilo já foi tipo libertador, eu já não queria mais, acho que eu estava esperando isso acontecer pra que eu me libertasse. E aí eu não quis mais voltar, me separei, me divorciei de uma vez mesmo.” (Tulipa)

“Eu achava que era normal o meu relacionamento, mas depois fui vendo que aquilo não era bom, passei anos com ele por achar que era assim que funcionava um casamento, mas fui entendendo aos poucos que aquilo era abusivo” (Bromélia)

---

Tal realidade está ancorada em construções históricas e socioculturais de gênero, que atribuíram às mulheres papéis restritos ao ambiente doméstico e as ideais de obediência e submissão (Teixeira et al, 2024), o que contribui para que muitas naturalizar ou minimizar a violência vivida. Além disso, a dependência econômica e a marginalização, apontadas como fatores agravantes da VPI tornam o rompimento ainda mais difícil, uma vez que o acesso ao trabalho é reconhecido como fator protetivo contra a continuidade do ciclo violento (Habigzang & Curia, 2025). Somado a essas questões, também existe o medo do julgamento

social e a precariedade dos serviços de acolhimento, que podem inclusive revitimizar as mulheres e afastá-las da busca por ajuda (Dutra et al, 2013).

A vulnerabilidade econômica e a percepção do parceiro como *"bom pai"* foram fatores inibidores presentes nas narrativas, convergindo com as discussões gerais sobre VPI. Margarida, Bromélia, Hibisco e Dália expressaram a dependência financeira como um obstáculo, e Orquídea, Margarida, Bromélia e Dália mencionaram a figura do pai como um motivo para permanecerem na relação. Contudo, é o julgamento social e a naturalização da violência, articulados com a perspectiva religiosa, que se destacam como elementos centrais das experiências dessas mulheres. De acordo com Núñez (2023), a colonização não se restringiu às dimensões políticas e territoriais, mas também atuou nas esferas afetivas e relacionais, impondo a moral cristã e patologizando os afetos indígenas. Os depoimentos das participantes ecoam essa leitura: Margarida e Orquídea expressaram medo do *"pessoal da rua"* e do *"julgamento da sociedade"*, enquanto Tulipa explicitou: *"E o povo fala né, eu frequentava a igreja então sabia que o povo ia julgar"*. Hibisco e Dália também mencionaram o receio do *"falatório do povo"*, essa preocupação com a opinião alheia, enraizada em uma moralidade cristã que valoriza a inseparabilidade do vínculo e condena a separação (Núñez, 2023), parece ter exercido um peso significativo sobre as decisões dessas mulheres.

A ideia de que *"a gente não casa para terminar né"*, expressa por Dália, e a *"acomodação"* de Tulipa em uma situação de violência que ela *"achava que era normal"*, sugerem uma internalização de padrões relacionais moldados por valores religiosos. A naturalização da violência, identificada nas falas de Tulipa, Bromélia e Dália, que *"achava que era normal"* ou *"acostumou com aquela vida"*, pode ser interpretada não apenas como um processo psicológico individual, mas como um reflexo da perpetuação de discursos que,

sob o manto de “amor cristão”, legitimam a dominação e dificultam a autonomia sobre o próprio corpo e os próprios sentimentos (Núñez, 2023). Esses discursos atuam como formas de violência simbólica, mascaradas por aparente proteção moral e espiritual, mas que na prática negam às mulheres o direito de interromper relações abusivas, criminalizando a autonomia feminina (Núñez, 2023). A permanência em relações violentas, nesses casos, não é somente uma questão de escolha individual, mas o resultado de um sistema que ainda opera segundo lógicas coloniais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender, a partir das experiências das mulheres indígenas dos povos Atikum e Pankará, residentes no sertão de Pernambuco, que sofreram violência por seu parceiro íntimo, os fatores que contribuíram ou dificultaram o rompimento da relação violenta. Mais do que identificar aspectos individuais, a análise procurou reconhecer dimensões estruturais e simbólicas que atravessam essas vivências. A violência por parceiros íntimos (VPI) é um problema de saúde pública com magnitude global (WHO, 2021; Lourenço & Costa, 2020). No entanto, a particularidade do contexto indígena, sobre o qual há escassa literatura, é o que confere relevância a esta análise.

A subnotificação dos casos de violência contra a mulher, destacado no início da pesquisa, ganha contornos específicos quando se observa a trajetória das participantes pelo olhar da rota crítica (Sagot 2000). A tomada de decisão dessas mulheres é influenciada por uma complexa interação de fatores. O ato de buscar ajuda e romper o ciclo de violência, mesmo diante das barreiras culturais e religiosas, demonstra a resiliência dessas mulheres e o início da “rota crítica”. O caso de Margarida, que buscou a medida protetiva após ser enforcada, e o de Dália, que saiu de casa com o filho após uma experiência similar,

exemplificam o ponto de ruptura em que o sofrimento físico e a preocupação com os filhos se tornam mais fortes do que os fatores inibidores.

Algumas participantes relataram sentir receio ou resistência em procurar ajuda justamente por não acreditarem que seriam compreendidas e acolhidas, esse dado se articula com a crítica de Stevens et al. (2017) sobre a violência epistêmica, que se manifesta na ausência de espaço para epistemologias indígenas nos discursos institucionais. O silenciamento dessas vozes reforça a lógica da exclusão histórica, onde os serviços de atendimento e as políticas públicas não dialogam com as formas de ser e viver desses povos, reconhecer o território afetivo, espiritual e comunitário como parte da experiência da violência é essencial para compreender por que a ruptura com o ciclo de violência é tão ou mais complexa para essas mulheres; o medo da ruptura não está apenas ligado à dependência econômica ou ao estigma social, mas ao risco de desintegração de vínculos coletivos e simbólicos que sustentam suas existências.

Portanto, a discussão dos resultados aponta para a necessidade de reconhecer e integrar as narrativas das mulheres indígenas, considerando as dimensões afetivas, espirituais e ancestrais que são frequentemente invisibilizadas pelas abordagens tradicionais. Descolonizar o pensamento é fundamental para desnaturalizar o que foi ensinado como certo ou moral, especialmente no que diz respeito às relações e à autonomia feminina (Núñez, 2023). As dificuldades enfrentadas por Margarida, Orquídea, Tulipa, Bromélia, Hibisco e Dália são um testemunho vivo de como a colonização, em sua face religiosa, ainda molda a experiência da violência por parceiros íntimos em comunidades indígenas no sertão de Pernambuco.

Esse panorama torna imprescindível a construção de políticas e intervenções que verdadeiramente protejam e respeitem os direitos dessas mulheres, considerando sua

realidade. Somente com o reconhecimento dessas especificidades é possível promover uma escuta ética, política e transformadora que rompa com o ciclo de invisibilidade e violência epistêmica ao qual tantas mulheres indígenas seguem submetidas. O enfrentamento à VPI em contextos indígenas demanda uma abordagem sensível às especificidades culturais, espirituais e coletivas dessas mulheres, rompendo com a lógica universalizante das intervenções tradicionais. É urgente a valorização dos saberes locais, a inclusão das mulheres indígenas nos espaços de decisão e a construção de redes de apoio que respeitem sua autonomia e ancestralidade, de modo a garantir não apenas o rompimento com o ciclo da violência, mas também a reconstrução de existências plenas, livres e dignas.

## REFERÊNCIAS

- Agência Senado. (2023, 21 de novembro). DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>
- Antos, M. A., Wagstaff, C., Diehl, A., & Pillon, S. C. (2021). Factors associated with violence against women by an intimate partner in Northeast Brazil. *Archives of Psychiatric Nursing*, 35(6), 669–677. <https://doi.org/10.1016/j.apnu.2021.10.006>
- Boxall, Hayley & Lawler, Siobhan. (2021). How does domestic violence escalate over time? *Trends & issues in crime and criminal justice*, 626, pp. 1-17; <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.935878265546402>
- Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, & Departamento de Análise de Situação de Saúde. (2011). Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências [Internet]. Ministério da Saúde. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_notificacao\\_violencia\\_domestica.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_notificacao_violencia_domestica.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2012). Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica (3. ed. atualizada e ampliada, 1. reimpressão). Ministério da Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno n. 6. [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)
- Braun, V. and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735> <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Crenshaw, K (2004). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf)

- Dias, E. G., & Mishima, S. M. (2023). Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. *Revista Sustinere*, 11(1), 402–411. <https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828>
- Dutra J. C. O., Mayorga C. (2019). *Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política*. Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>
- Ellio, D. L. de F. (2018). *Mulheres em processo de separação: um estudo sobre o partir ou permanecer em um relacionamento violento*. Universidade Federal de São Carlos. Repositorio Institucional UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/4571d9f1-cdf2-46ab-872d-24ae4713ace6/content>
- Ferrari, Isa Maria de Souza Fernandes, Priolo Filho, Sidnei Rinaldo, & Brino, Rachel de Faria. (2016). Questionário sobre violência intrafamiliar: confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Psicologia: teoria e prática*, 18(3), 54-65. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v18n3p54-65>
- Freitas, Glênio Alves de et al. Análise dos casos de violência por parceiro íntimo contra mulheres indígenas notificados na macrorregião de Dourados-MS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 29, n. 12 [Accessed 21 July 2025] , e10312024. <https://doi.org/10.1590/1413-812320242912.10312024>
- Guedes, M.. (2017). *Seminário: A liderança das mulheres indígenas (Curso de formação intercultural de educadores indígenas)*. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8khw6GUE8&feature=youtu.b>
- Habigzang, L. F., & Curia, B. G. (Orgs.). (2025). *Manual para atendimento psicológico de mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo*. Editora Afirmativa.
- Holanda, E. R. de, Holanda, V. R. de, Vasconcelos, M. S. de, Souza, V. P. de, & Galvão, M. T. G. (2018). Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 31(1). <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6580>

Lima, L. A., de Souza Monteiro, C. F., Nunes, B. M. V. T., da Silva Júnior, F. J. G., Fernandes, M. A., Zafar, S., dos S

Lincoln L. E. S. C. (2013). Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica.

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3131/5092.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lourenço, L. M. & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18. <https://doi.org/10.36298/gerais2020130109>

Mayorga, C.; Ziller, J.; Magalhães, M. S.; Silva, S. A. (2010) O problema que não tem nome: sobre metodologias para estudo das desigualdades. In: MAYORGA, C. (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 151-180. <https://petconexoesdesaberes-uffs.blogspot.com/2012/10/mayorgac.html>

Minayo, M. C. de S., & Guerriero, I. C. Z.. (2014). Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 1103–1112. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>

Mitchell, L. (2011). Domestic Violence in Australia - an overview of the issues. *Parliament of Australia. Department of Parliamentary Services*. <https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/search/display/display.w3p;query=Id%3A%22library%2Fprspub%2F1246402%22;src1=sm1>

Moragas, V. J. (2023, maio 2). Você sabe a diferença entre sexo biológico e gênero? NUICS – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/nucleos/nuics/textos/voce-sabe-a-diferenca-entre-sexo-biologico-e-genero>

Naciones Unidas. Asamblea General (2006). Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer. Informe del Secretario General. <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10742.pdf>.

Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.

- Oliveira R. G. (2011). Agentes comunitários de saúde e sua concepção sobre família e violência. [file:///C:/Users/malua/Downloads/5409%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/malua/Downloads/5409%20(4).pdf)
- Organización Mundial de la Salud & Organización Panamericana de la Salud. (2013). Comprender y abordar la violencia contra las mujeres: violencia sexual. Organización Mundial de la Salud. <https://iris.who.int/handle/10665/98821>
- Schraiber, L. B., Latorre, M. do R. D. O., França Jr, I., Segri, N. J., & D'Oliveira, A. F. P. L.. (2010). Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. *Revista De Saúde Pública*, 44(4), 658–666. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>
- Silva, M. R.; Barbosa M. A. S.; Lima L. G. B. (2020). Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática. <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/38405>
- Souza, M. A. R. de, Peres, A. M., Fumincelli, L., Lopes, V. J., Mercês, N. N. A. das, & Wall, M. L. (2021). Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review. *Escola Anna Nery*, 25(2). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0087>
- Stevens, C; Oliveira, S; Zanello, V; Silva, E; Portela, C. (2017). Mulheres e Violência: Interseccionalidades. *Technopolitik*. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A4ncias-interseccionalidades.pdf>
- Teixeira, A. do A., Silva, A. C. D. da ., Antunes, M. C., & Polli, G. M.. (2024). Representações Sociais sobre Ser Mulher na Sociedade Contemporânea . *Psicologia: Ciência E Profissão*, 44, e264821. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264821>
- Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. de M., Souza, I. E. de O., Paula, C. C. de ., & Terra, M. G.. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 67(3), 366–372. <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140048>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

## ANEXOS

### **ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução CNS 510/ 2016)**

A presente pesquisa, intitulada “ATÉ QUE A MORTE NOS SEPARE: Violência entre parceiros íntimos com mulheres indígenas dos povos Atikum e Pankará”, tem como objetivo investigar fatores que inibem ou incentivam o enfrentamento da violência. A pesquisa está sendo desenvolvida pela aluna Maria das Graças Gonçalves Freire de Sá Neta, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar localizado no prédio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br). Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

**Natureza da pesquisa:** você está sendo convidada a participar em uma pesquisa, que tem como finalidade investigar fatores que inibem ou incentivam o enfrentamento da violência entre seus parceiros íntimos. O estudo utiliza como instrumentos de investigação o Roteiro de entrevista com mulheres vítimas de violência.

Ao aceitar participar da pesquisa irá: 1. Aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura física do termo Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE). A entrevista será gravada e realizada pela pesquisadora pessoalmente, o procedimento tem duração de 40 minutos. Caso não concorde ou desista de participar durante a entrevista, os seus dados serão apagados imediatamente. Caso tenha finalizado a entrevista e, após isso, desista da participação, deverá informar à pesquisadora sobre essa decisão, podendo entrar em contato pelo número de telefone ou e-mail da pesquisadora. Seus dados serão imediatamente descartados, sem nenhuma penalização. Assim que a participante assinar o termo, a pesquisadora entregará uma cópia assinada presencialmente, no período de trinta dias após a entrevista.

**Participantes da pesquisa:** Participarão da pesquisa cerca de 10 mulheres, com idades igual

ou superior a 18 anos e que tenham sofrido algum tipo de violência (física, psicológica, sexual, moral e/ou patrimonial) por um parceiro(a) íntimo(a) nos últimos 10 anos antes da coleta de dados. Serão excluídas mulheres não falantes da língua portuguesa; que tenham algum comprometimento cognitivo que impeça a participação na coleta ou que estejam sob efeito de álcool e/ou drogas no momento da coleta.

**Envolvimento na pesquisa:** ao permitir a sua participação neste estudo, você permitirá que a pesquisadora colete algumas informações pessoais. Você tem liberdade de recusar a sua participação e, ainda, interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone ou do email da pesquisadora (localizado abaixo) e, se necessário, poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos.

Você poderá retirar o seu consentimento entrando em contato por e-mail com a pesquisadora e solicitando a retirada do mesmo, a qualquer momento durante o desenvolvimento da pesquisa. A retirada do consentimento e a exclusão dos dados serão confirmadas através de uma carta emitida e assinada pela pesquisadora, assegurando ambos os processos. Uma cópia dessa carta será enviada por e-mail para a participante que solicitou a retirada do consentimento.

**Riscos e desconforto:** A participação nesta pesquisa não infringe normas legais e éticas. No entanto, ao falar sobre situações de violência vivenciadas, é possível que surjam reações emocionais como tristeza, ansiedade, angústia, sensação de vulnerabilidade ou lembranças dolorosas. Esses sentimentos podem ocorrer durante ou após a entrevista, mesmo que a participação seja voluntária. Para minimizar esses riscos, a entrevista será conduzida de forma acolhedora, em ambiente seguro e com escuta atenta e respeitosa. A qualquer momento, caso a participante sinta desconforto físico ou emocional, poderá interromper ou suspender sua participação, sem qualquer prejuízo. A pesquisadora possui experiência prévia com atendimento a vítimas de violência, adquirida por meio de estágio supervisionado na área, e está preparada para oferecer suporte psicológico breve, caso necessário. Se for do interesse da participante, ela também poderá ser orientada a buscar atendimento especializado na rede de apoio local.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, portanto, estão fundamentados na Resolução nº. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

A participante que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização (Res 510/2016, Art 19, §2o).

Durante todo o processo de coleta de dados as participantes da pesquisa possuem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal.

**Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a docente responsável pela orientação terão

conhecimento da identidade dos participantes. Nos comprometemos em não identificá-la ao publicar os resultados dessa pesquisa. Destaca-se que a pesquisadora, uma vez concluída a coleta de dados, realizará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". As gravações e os dados coletados serão armazenados em um pen-drive com senha, sendo esta de conhecimento apenas da pesquisadora; ademais, os próprios conteúdos armazenados no pen-drive serão acessados somente com uma segunda senha, estabelecendo, portanto, mais uma medida de proteção. Todas as informações coletadas - incluindo as gravações - serão armazenadas pelo período de 5 anos, datando a partir do encerramento da pesquisa.

Vale ressaltar a limitação da pesquisadora para assegurar total confidencialidade e potencial risco de violação dos dados, uma vez que estes serão armazenados em ambiente virtual. Ainda assim, serão tomados todos os procedimentos cabíveis para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa, não sendo divulgados dados que possam, de alguma maneira, identificar o participante. A plataforma utilizada para a elaboração do formulário foi o Google formulários. A política de privacidade se encontra em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/policies/privacy/archive/20141219/>.

**Benefícios:** ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as relações de amizade de uma mulher e suas vivências em relacionamentos e reflexões acerca da temática. Além disso, você estará contribuindo com a área de pesquisa. A pesquisadora e a docente se comprometem a divulgar os resultados obtidos, respeitando o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

**Pagamento:** Considera-se que você não terá nenhum tipo de despesa para que participe desta pesquisa, contudo, caso tenha algum custo referente a sua participação, o valor poderá ser ressarcido a partir da manifestação e comprovação enviada à pesquisadora. Destaca-se que nada será pago por sua participação.

A pesquisadora garante que você terá acesso aos resultados finais da pesquisa por meio de um vídeo contendo essas informações, esse material será enviado via e-mail ou número de telefone. Caso seja do seu interesse, ao final do formulário deixe o seu endereço de email. Você receberá uma cópia deste documento e poderá entrar em contato com a pesquisadora caso precise ter acesso ao registro deste consentimento.

---

**Pesquisadora:**

Fone: (87) 98151-2116

E-mail: maria.neta@estudante.ufscar.br

Endereço: Rua dos Pica-Paus – Departamento de Psicologia da UFscar

**Docente:** Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca

Contato: [samazo@ufscar.br](mailto:samazo@ufscar.br)

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8028. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br. O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. É dever deste comitê cuidar dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para sua participação nesta pesquisa. Caso opte por não participar da pesquisa, basta fechar a aba do documento sem que nenhuma informação pessoal seja registrada.

**( ) Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participação desta pesquisa e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.**

-----  
Nome completo da pesquisadora

-----  
Assinatura

-----  
Nome completo da participante

-----  
Assinatura

## ANEXO B – Roteiro de Entrevista Inicial

### Roteiro de Entrevista

#### Dados da Participante

Idade:

Endereço:

Estado Civil:

Tempo que vive com o marido/companheiro:

Número de filhos:

Número de pessoas que residem na mesma casa:

Grau de escolaridade:

Ocupação:

Possui religião? Qual?

#### Sobre a violência sofrida

1. Qual o motivo que a trouxe aos atendimentos?

2. Há quanto tempo sofre violência?

Mitchell, L. (2011). Domestic Violence in Australia - an overview of the issues. Parliament of Australia. Department of Parliamentary Services. <https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/search/display/display.w3p;query=Id%3A%22library%2Fprspub%2F1246402%22;src1=sm1>

Organización Mundial de la Salud & Organización Panamericana de la Salud. (2013). Comprender y abordar la violencia contra las mujeres: violencia sexual. Organización Mundial de la Salud. <https://iris.who.int/handle/10665/98821>

Naciones Unidas. Asamblea General (2006). Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer. Informe del Secretario General. <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10742.pdf>.

Mayorga, C.; Ziller, J.; Magalhães, M. S.; Silva, S. A. (2010) O problema que não tem nome: sobre metodologias para estudo das desigualdades. In: MAYORGA, C. (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 151-180. <https://petconexoesdesaberes-uffs.blogspot.com/2012/10/mayorgac.html>

Dutra J. C. O., Mayorga C. (2019). Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>

Guedes, M.. (2017). Seminário: A liderança das mulheres indígenas (Curso de formação intercultural de educadores indígenas). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8khw6GUE8&feature=youtu.b>

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Minayo, M. C. de S., & Guerriero, I. C. Z.. (2014). Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 1103–1112. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>

Schraiber, L. B., Latorre, M. do R. D. O., França Jr, I., Segri, N. J., & D'Oliveira, A. F. P. L.. (2010). Validade do instrumento WHO VAW STUDY para estimar violência de gênero contra a mulher. *Revista De Saúde Pública*, 44(4), 658–666. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400009>

Ferrari, Isa Maria de Souza Fernandes, Priolo Filho, Sidnei Rinaldo, & Brino, Rachel de Faria. (2016). Questionário sobre violência intrafamiliar: confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Psicologia: teoria e prática*, 18(3), 54-65. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v18n3p54-65>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2012). *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica* (3. ed. atualizada e ampliada, 1. reimpressão). Ministério da Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno n. 6.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)

Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, & Departamento de Análise de Situação de Saúde. (2011). *Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências* [Internet]. Ministério da Saúde. Série F. Comunicação e Educação em Saúde.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_notificacao\\_violencia\\_domestica.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_notificacao_violencia_domestica.pdf)

Crenshaw, K (2004). *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf)

Stevens, C; Oliveira, S; Zanello, V; Silva, E; Portela, C. (2017). *Mulheres e Violência: Interseccionalidades*. Technopolitik. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAscias-interseccionalidades.pdf>

Lima, L. A., de Souza Monteiro, C. F., Nunes, B. M. V. T., da Silva Júnior, F. J. G., Fernandes, M. A., Zafar, S., dos S

antos, M. A., Wagstaff, C., Diehl, A., & Pillon, S. C. (2021). Factors associated with violence against women by an intimate partner in Northeast Brazil. *Archives of Psychiatric Nursing*, 35(6), 669–677. <https://doi.org/10.1016/j.apnu.2021.10.006>

Souza, M. A. R. de, Peres, A. M., Fumincelli, L., Lopes, V. J., Mercês, N. N. A. das, & Wall, M. L. (2021). Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review. *Escola Anna Nery*, 25(2). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0087>

Boxall, Hayley & Lawler, Siobhan. (2021). How does domestic violence escalate over time? *Trends & issues in crime and criminal justice*, 626, pp. 1-17; <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.935878265546402>

Freitas, Glênio Alves de et al. Análise dos casos de violência por parceiro íntimo contra mulheres indígenas notificados na macrorregião de Dourados-MS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 29, n. 12 [Accessed 21 July 2025] , e10312024. <https://doi.org/10.1590/1413-812320242912.10312024>

Silva, M. R.; Barbosa M. A. S.; Lima L. G. B. (2020). *Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática*. <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/38405>

Braun, V. and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887 Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735> <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Dias, E. G., & Mishima, S. M. (2023). Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. *Revista Sustinere*, 11(1), 402–411. <https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828>

Lincoln L. E. S. C. (2013). *Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica*. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3131/5092.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Oliveira R. G. (2011). *Agentes comunitários de saúde e sua concepção sobre família e violência*. [file:///C:/Users/malua/Downloads/5409%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/malua/Downloads/5409%20(4).pdf)

Moragas, V. J. (2023, maio 2). *Você sabe a diferença entre sexo biológico e gênero?* NUICS – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/nucleos/nuics/textos/voce-sabe-a-diferenca-entre-sexo-biologico-e-genero>

Teixeira, A. do A., Silva, A. C. D. da ., Antunes, M. C., & Polli, G. M.. (2024). Representações Sociais sobre Ser Mulher na Sociedade Contemporânea . *Psicologia: Ciência E Profissão*, 44, e264821. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264821>

Agência Senado. (2023, 21 de novembro). *DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>

Habigzang, L. F., & Curia, B. G. (Orgs.). (2025). *Manual para atendimento psicológico de mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo*. Editora Afirmativa.

Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.

Lourenço, L. M. & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18. <https://doi.org/10.36298/gerais2020130109>

Ellio, D. L. de F. (2018). *Mulheres em processo de separação: um estudo sobre o partir ou permanecer em um relacionamento violento*. Universidade Federal de São Carlos. Repositorio Institucional UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/4571d9f1-cdf2-46ab-872d-24ae4713ace6/content>

Holanda, E. R. de, Holanda, V. R. de, Vasconcelos, M. S. de, Souza, V. P. de, & Galvão, M. T. G. (2018). Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde.

<https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6580>

Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. de M., Souza, I. E. de O., Paula, C. C. de ., & Terra, M. G.. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 67(3), 366–372. <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140048>

3. Você considera que sofreu qual tipo de violência?

Psicológica

Física

Sexual

Outras

· Violência Psicológica

4. O agressor te insultou ou fez com que você se sentisse mal a respeito de si mesma? (na vida e no último ano)

5. O agressor te depreciou ou te humilhou diante de outras pessoas? (na vida e no último ano)

6. O agressor fez coisas para assustá-la ou intimidá-la de propósito? (na vida e no último ano)

7. O agressor ameaçou machucá-la ou machucar alguém de quem você gosta? (na vida e no último ano)

· Violência Física

8. O agressor deu-lhe um tapa ou jogou algo em você que poderia machucá-la? (na vida e no último ano)

9. O agressor empurrou-a ou deu-lhe um tranco/chacoalhão? (na vida e no último ano)

10. O agressor machucou-a com um soco ou com algum objeto? (na vida e no último ano)

11. O agressor deu-lhe um chute, arrastou ou surrou você? (na vida e no último ano)

12. O agressor estrangulou ou queimou você de propósito? (na vida e no último ano)

13. O agressor ameaçou usar ou realmente usou arma de fogo, faca ou outro tipo de arma contra você? (na vida e no último ano)

· Violência Sexual

14. O agressor forçou-a fisicamente a manter relações sexuais quando você não queria? (na vida e no último ano)

15. Você teve relação sexual porque estava com medo do que ele poderia fazer? (na vida e no último ano)

16. O agressor forçou-a a uma prática sexual degradante ou humilhante? (na vida e no último ano)

### **Sobre o Enfrentamento**

1. Você já realizou alguma denúncia?

2. Quantas denúncias já foram realizadas?

3. Caso tenha feito denúncia, onde, como e porque ela ocorreu?

4. Já retornou para o lar, após realizar as denúncias. Se sim, por que? Se não, porque?

5. Quais pessoas que fazem parte do seu cotidiano?

6. Quais pessoas importantes você pode contar em seu cotidiano, principalmente em meio a situações de violência doméstica?

7. Seu(s) filho(s) te ajudara(m) no enfrentamento da violência sofrida? Em que medida isso acontece?

8. Você possui contato regular com sua família?

9. Você possui contato com amigos e vizinhos?

10. O que você fazia nos dias de folga?

11. O que você fazia nas horas de lazer?

12. Na sua relação havia possibilidade de descanso e diversão junto com cônjuge?

13. Você participava de festas, passeios com amigos?

14. Qual horário em que você trabalha fora?

15. Quais instituições de apoio você tem contato?

16. Qual a importância destas Instituições?

17. Que importância você atribui ao assistente social?

18. Você teve assistência social e quais resultados do trabalho realizado pelo Assistente Social?

19. Você tem planos para o futuro e objetivos para a vida? Quais?
20. Que característica você acha que tem? Como você se descreve?
21. Que pensamentos você tem em relação aos episódios de violência? Você se culpa por eles?
22. Como você lida e enfrenta a violência sofrida?
23. Quais os fatores que te ajudam na elaboração da violência vivenciada?

### **Relacionamento com Parceiro**

1. Como você conheceu seu atual namorado/companheiro/esposo?
2. Quanto tempo de relacionamento?
3. Reflita e descreva a relação com seu namorado/companheiro/esposo atual.
4. Quais dificuldade você encontra na relação?
5. Quais aspectos positivo você aponta na relação com seu companheiro?
6. O agressor já sofreu violência doméstica?
7. Como acontecem as agressões no seu relacionamento?
8. O que você costuma fazer depois da violência sofrida?
9. O agressor faz uso de substâncias psicoativas. Quais?
10. O que você acha que influenciou nas suas escolhas amorosas/conjugais?
11. O que você acha que tem de parecido e de diferente entre a sua relação com o seu companheiro e a relação dos seus pais?

### **Relacionamento com a criança**

1. Como é seu relacionamento com sua criança?
2. Como você se avalia como mãe?
3. Quais qualidades e defeitos sua criança possui?
4. Você tem dificuldade em ensinar e dar limites (formas de disciplinar)? O que você faz?
5. É demonstrado carinho para a criança? De que forma?
6. Você percebe consequências da violência para a criança:  
- na escola

- na hora de dormir
- nos relacionamentos com crianças
- dificuldade em confiar em adultos
- no horário de alimentação
- apresenta sentimento de medo/raiva
- apresenta sintomas físicos (Ex. doenças psicossomática, doenças de pele, problemas gástricos, dor de cabeça etc.)
- outros

### **Sobre infância e família de origem dos pais da vítima**

1. Como foi sua infância e ambiente familiar?
2. Como seus pais se conheceram?
3. Como era/é o relacionamento deles?
4. Você tem irmãos ou irmãs?
5. Como era/é o seu relacionamento com eles (irmãos)?
6. Como era/é os relacionamentos na sua família?
7. Como foi/tem sido sua vida em família?
8. Como foi a experiência de iniciar e de ter o primeiro namorado?
9. Você recebe carinho de suas pais e irmãos? E entre eles, há manifestação de carinho e como é demonstrado?
10. Como seus pais disciplinava seus irmãos e você?
11. Na família de seus pais havia presença de violência intra-familiar?
12. Caso haja, quem era a vítima? E quem era o agressor